

DOCUMENTO DE POSIÇÃO

**REPOSICIONAMENTO DO GABINETE DO
CONTABILISTA GERAL COMO PRINCIPAL
CONSULTOR FINANCEIRO DO GOVERNO:
UMA ESTRUTURA ALINHADA COM O PEFA**

Julho de 2025

1. Contexto

O Gabinete do Contador Geral (OAG) desempenha um papel fundamental na gestão das finanças públicas e na garantia da credibilidade, transparência e eficiência das operações financeiras do governo. À medida que as práticas de Gestão das Finanças Públicas (PFM) continuam a evoluir a nível global, a necessidade de reposicionar estrategicamente o OAG como Conselheiro Financeiro Principal do Governo tornou-se cada vez mais importante. Alinhar este reposicionamento com a estrutura internacionalmente reconhecida de Despesas Públicas e Responsabilidade Financeira (PEFA) irá aumentar a eficácia da governação fiscal e reforçar os sistemas de responsabilização.

2. 2. Justificação

Apesar das conquistas significativas nas reformas financeiras públicas, as funções do OAG têm-se concentrado tradicionalmente no controlo e na conformidade. No entanto, os desafios fiscais emergentes, incluindo choques climáticos, vulnerabilidades da dívida, transformação digital e expectativas do público quanto a maior transparência e responsabilização, exigem uma abordagem mais estratégica, adaptável e voltada para o futuro. Ao alinhar as suas funções com a estrutura PEFA, o OAG pode:

- a. Melhorar a disciplina fiscal, a responsabilização e a transparência;
- b. Aumentar a confiança nas informações financeiras do governo;
- c. Reforçar o desempenho institucional em todos os MDA;
- d. Aumentar o seu impacto nos resultados do desenvolvimento nacional.

3. 3. Objetivo

Este documento propõe reposicionar e consolidar as funções estratégicas do Gabinete do Contabilista Geral, em conformidade com os princípios do PEFA, como pilar central na prestação de uma gestão financeira pública transparente, eficiente e orientada para os resultados.

4. Funções estratégicas do Contador Geral: a proposta

Função estratégica da GFP		Função principal	Alinhamento com os indicadores de desempenho PEFA
1	Estratega financeiro principal	Liderar a conceção e integração de estratégias financeiras holísticas e prospectivas que não só garantam a sustentabilidade fiscal, mas também alinhem os recursos públicos com as prioridades nacionais de longo prazo, a equidade intergeracional, a transformação económica e resiliência.	P1 - Resultado agregado das despesas; P14 - Estratégia fiscal
2	Principal consultor financeiro do governo	Atuar como consultor do governo em matéria de política de finanças públicas, fornecendo inteligência financeira holística e transversal e aconselhamento estratégico aos mais altos níveis do governo (incluindo o Executivo, o Legislativo e o Judiciário) para influenciar a política nacional, as prioridades económicas e a legislação fiscal.	P14 - Estratégia fiscal; P16 - Perspectiva de médio prazo
3.	Guardião da Integridade Financeira Pública	Posicionar o Contador Geral como guardião da integridade financeira pública coloca a integridade no centro da gestão financeira. Essa função mais ampla garante que a disciplina financeira não se limite apenas ao controle, mas também à instilação de uma cultura de transparência, ética e responsabilidade que proteja o interesse público e reforce a confiança nas instituições estatais.	P27 – Integridade dos dados financeiros P28 – Relatórios orçamentais durante o ano P29 – Relatórios financeiros anuais.
4	Líder em inovação financeira pública	Promover e institucionalizar inovações transformadoras na gestão das finanças públicas (PFM), impulsionando a modernização digital, fomentando a governação fiscal baseada em dados e aproveitando as tecnologias emergentes para aumentar a transparência, a eficiência e a centralidade no cidadão nas operações financeiras do governo.	P20 – Controlos internos; P25 – FMIS
5	Coordenador de relatórios financeiros de todo o governo	Fornecer relatórios financeiros unificados, oportunos e transparentes em todos os níveis do governo, permitindo a supervisão fiscal integrada, a coerência das políticas e a responsabilidade pública, harmonizando normas, garantindo a interoperabilidade e liderando a análise financeira de todo o governo.	P27 – Integridade dos dados financeiros

6	Guardião da gestão do tesouro e do caixa	Gerir e otimizar os recursos financeiros do governo em todos os níveis e contas, garantindo a estabilidade da liquidez, a eficiência fiscal e a utilização de caixa alinhada com as políticas por meio de análises preditivas, mitigação de riscos e operações integradas de tesouraria	P21 – Operações de tesouraria; P22 – Gestão de caixa
7	Estrategista-chefe de risco fiscal e arquiteto de resiliência	Institucionalizar a governança fiscal orientada pela previsão, concebendo e liderando estruturas nacionais para o planejamento financeiro informado pelo risco, a integração da resiliência intersetorial e a resposta fiscal adaptativa, salvaguardando a capacidade do Estado de absorver choques e sustentar o desenvolvimento em condições de volatilidade.	P13 – Gestão de risco fiscal
8	Parceiro estratégico na execução do orçamento	Aconselhar e liderar a transformação da execução orçamental num processo responsivo, transparente e alinhado com as políticas, que integre inteligência financeira em tempo real, reforce a responsabilização pela prestação de serviços e maximize o impacto dos recursos públicos no desenvolvimento dos recursos públicos.	P18 – Escrutínio legislativo da execução orçamental
9	Dados e insights sobre finanças públicas	Liderar a transformação dos dados das finanças públicas num ativo estratégico, construindo um ecossistema de dados fiscais unificado, acessível e rico em insights que capacite a tomada de decisões, aumente a transparência e promova o envolvimento dos cidadãos na governança financeira.	P6 – Abrangência das informações incluídas na documentação orçamental P27 – Integridade dos dados financeiros P28 – Relatórios orçamentais durante o ano; P29 – Relatórios financeiros anuais P30 – Auditoria externa
10	Capacitador e defensor da governança fiscal	Institucionalizar um ecossistema dinâmico e voltado para o futuro de competências fiscais, governação ética e aprendizagem contínua em todo o setor público — capacitando MDA, entidades subnacionais e profissionais financeiros para oferecer uma gestão financeira pública responsável, inovadora e sustentável.	Transversal; Governança

11	Governança, integração e interoperabilidade dos sistemas de gestão das finanças públicas.	Conceber, governar e desenvolver continuamente um ecossistema de sistemas de gestão financeira pública (PFM) integrado, inteligente e seguro que apoie a responsabilização em tempo real, melhore a transparência fiscal e impulse a transformação digital nas operações financeiras do setor público.	P25 – FMIS
12	Impulsionador da garantia de conformidade financeira e facilitador do ambiente de controlo	Liderar um ecossistema de responsabilização em todo o governo que integre capacidade de resposta à auditoria, conformidade contínua, controlos informados sobre riscos e inovação em matéria de garantia, capacitando as instituições para manter a integridade financeira e construir a confiança pública na governança fiscal.	P30 – Auditoria externa; P20 – Controlos internos
14	Estratégia de desempenho fiscal e insights	Fornecer liderança estratégica na análise de tendências financeiras, identificação de ineficiências e recomendação de reformas fiscais. Isso garante que os recursos governamentais proporcionem o máximo valor público e estejam alinhados com os objetivos da estratégia fiscal aprovada.	P1: Resultado agregado das despesas P3: Desempenho das receitas e despesas P14: Estratégia fiscal P27: Integridade dos dados financeiros P28 – Relatórios orçamentais durante o ano

15	Facilitador do envolvimento das partes interessadas e das parcerias.	Cultivar e liderar parcerias inclusivas, estratégicas e baseadas na confiança entre o governo, a sociedade civil, os parceiros de desenvolvimento e o setor privado — fortalecendo a apropriação coletiva, o alinhamento de recursos e a governança colaborativa na gestão das finanças públicas.	<p>Ao posicionar o Contador Geral como um ator-chave no envolvimento de múltiplas partes interessadas, o documento da AAAG apoia diretamente melhorias em todos os 31 indicadores PEFA, especialmente:</p> <p>PI-9: Acesso público à informação fiscal</p> <p>PI-27 e PI-28: Qualidade e pontualidade dos relatórios financeiros</p> <p>PI-29 a PI-31: Supervisão por auditoria externa e pelo poder legislativo</p>
16	Consultor de Orçamento Baseado no Desempenho e Monitorização e Avaliação	Posicionar informações financeiras de alta qualidade, oportunas e acionáveis como a espinha dorsal da institucionalização de sistemas de orçamentação baseados no desempenho e de monitorização e avaliação integrados — ligando os fluxos de recursos a resultados mensuráveis, melhorando a responsabilidade financeira e permitindo uma tomada de decisões transparente e baseada em dados para melhorar a prestação de serviços públicos.	<p>P8 – Informações de desempenho para a prestação de serviços</p> <p>P16 – Perspectiva de médio prazo na elaboração do orçamento de despesas</p> <p>P17 – Processo de preparação do orçamento.</p> <p>29 – Relatórios financeiros anuais</p>
18	Analista de eficiência das despesas e relação custo-benefício	Promover e facilitar estruturas, ferramentas e inteligência em todo o governo que garantam que os gastos públicos proporcionem o máximo valor — avaliando sistematicamente a eficiência, eliminando o desperdício, otimizando as relações entre insumos e resultados e alinhando as despesas com retornos socioeconómicos mensuráveis	<p>P3 – Desempenho das receitas e despesas</p> <p>P9 – Gestão de ativos públicos</p>

5. Resultados esperados

Num ambiente de crescente procura por transparência, disciplina fiscal e impacto no desenvolvimento, ampliar o papel dos Contadores Gerais não é uma mera reforma administrativa, mas sim uma mudança estratégica. Ao expandir o mandato para além das funções contábeis tradicionais, os Contadores Gerais podem desempenhar um papel transformador no reforço da integridade da gestão das finanças públicas (PFM). Esta evolução promete trazer benefícios de longo alcance:

- Maior credibilidade das informações financeiras e dos relatórios governamentais;
- Reforço do desempenho da PFM alinhado com os padrões internacionais;
- Maior autoridade institucional e capacidade consultiva do OAG;
- Maior eficiência na utilização de recursos e mitigação do risco fiscal;
- Melhoria da coordenação com os parceiros de desenvolvimento e as partes interessadas.

6. Considerações sobre a implementação

a. Revisão e modernização do mandato legal do Gabinete do Contador Geral em toda a África.

Realizar uma revisão abrangente e atualização dos quadros jurídicos e regulamentares que regem o Gabinete do Contador Geral. Este processo deve antecipar e reconhecer formalmente o papel estratégico em evolução do Contador Geral em áreas como gestão de risco fiscal, governança digital e responsabilidade pública.

b. Colaborar com as Comissões de Serviço Público Africanas para a recalibração de funções

Colaborar com as comissões de serviço público em toda a África para defender uma revisão e modernização a nível continental das descrições de funções e quadros de competências dos Contadores Gerais. Isto deve refletir responsabilidades alargadas, incluindo a liderança na inovação fiscal, relatórios de sustentabilidade e supervisão dos sistemas digitais de finanças públicas.

Consequentemente, este documento, após a sua adoção formal, servirá como um instrumento estratégico para o envolvimento com o Secretariado PEFA e as respetivas Comissões de Serviço Público em todos os países membros da União Africana (UA). Procura elevar o estatuto institucional e a autoridade funcional do Contabilista Geral, enfatizando que a integridade, a atualidade e a exaustividade dos dados financeiros — sobre os quais os CG têm responsabilidade de custódia — constituem uma base fundamental para uma tomada de decisões eficaz em matéria de Gestão das Finanças Públicas (PFM). Reconhecendo isso, o documento defende o reposicionamento do papel do Contador Geral como um pilar central na promoção da transparência fiscal, da responsabilidade e da credibilidade geral das operações governamentais.

7. Conclusão

O realinhamento estratégico proposto para o papel do Contador Geral oferece uma oportunidade para incorporar o desempenho, a transparência e a capacidade de consultoria estratégica no cerne da governança financeira pública. Ancorada na estrutura PEFA, esta iniciativa capacitará o Gabinete do Contador Geral a entregar resultados de alto valor para o Governo, os cidadãos e os parceiros de desenvolvimento.

ASSOCIAÇÃO AFRICANA DE CONTABILISTAS GERAIS (AAAG)
Lote 4888a, Lake Road I Kabulonga – Lusaka, Zâmbia I +260
958120115info@aaag.org.zm | www.aaag.org.zm

Follow us on Social Media



www.aaag.org.zm

AFRICAN ASSOCIATION OF
ACCOUNTANTS GENERAL